

PORTARIA GPR N. 473, DE 27 DE MAIO DE 2008.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e regimental, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 887/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 1º quadrimestre do exercício financeiro de 2008, na forma do demonstrativo anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 MAIO/2007 A ABRIL/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	953.989	30.360	984.349
Pessoal Ativo	743.658	25.572	769.230
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	26.622		26.622
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	81		81
Demais Despesas com Pessoal Ativo	716.955	25.572	742.527
Pessoal Inativo e Pensionistas	210.331	4.788	215.119
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	330.184		330.184
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	26.703		26.703
Despesas de Exercícios Anteriores	88.546		88.546
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	214.935		214.935
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	623.805	30.360	654.165
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			413.867.577
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,150726 %	0,007336%	0,158062%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,275000 %		1.138.136
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,261250 %		1.081.229

FONTE: SIAFI e Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (7ª edição), aprovado pela Portaria STN nº 574, de 30.08.2007 e 253, de 19.05.2008, que divulga a RCL, disponível no site STN.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não

processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Foi excluída dos valores executados com recursos vinculados a importância de R\$ 118.433,72, referente à despesa com auxílio funeral de inativos, realizada na fonte 156.

3) O valor incluído na linha de Sentenças Judiciais com Precatório refere-se a recurso recebido por descentralização do TRF 1ª Região.

Desembargador NÍVIO GERALDO GONÇALVES
Presidente

IVANA HERMÍNIA UEDA RESENDE
Secretária-Geral

CID MOREIRA
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO
Secretária de Controle Interno

PUBLICADO NO DO	SEÇÃO 1
FL. 92	De 28/05/2008

PORTARIA GPR N. 1027, DE 24 DE SETEMBRO DE 2008.

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e regimental, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 887/2003,

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 2º quadrimestre do exercício financeiro de 2008, na forma do demonstrativo anexo, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2007 A AGOSTO/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL(I)	1.059.207	30.360	1.089.567
Pessoal Ativo	843.110	25.572	868.682
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	30.365		30.365
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	81		81
Demais Despesas com Pessoal Ativo	812.664	25.572	838.236
Pessoal Inativo e Pensionistas	216.097	4.788	220.885
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	408.218		408.218
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	31.575		31.575
Despesas de Exercícios Anteriores	157.041		157.041
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	219.602		219.602
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I – II)	650.989	30.360	681.349
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			445.106.323
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,146255%	0,006821%	0,153075%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III,	0,275000%		1.224.042

art. 20 da LRF)			
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,261250%		1.162.840

FONTE: SIAFI e Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (7ª edição), aprovado pela Portaria STN nº 574, de 30.08.2007 e 529, de 19.09.2008, que divulga a RCL, disponível no site STN.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Foi excluída dos valores executados com recursos vinculados a importância de R\$ 73.394,26, referente à despesa com auxílio funeral de inativos, realizada na fonte 156, conforme previsto no Manual de Elaboração do RGF.

3) O valor incluído na linha de Sentenças Judiciais com Precatório refere-se a recurso recebido por descentralização do TRF 1ª Região.

Des. NÍVIO GERALDO GONÇALVES
Presidente do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS

IVANA H. UEDA RESENDE
Secretária-Geral

CID MOREIRA
Secretário de Recursos Orçamentários e Financeiros

RAQUEL SOARES BUGARIN ARAÚJO
Secretária de Controle Interno

PUBLICADO NO DO	SEÇÃO 1
FL.133/134	De: 26/09/2008

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

PORTARIA No- 96, DE 27 DE JANEIRO DE 2009

Aprova o Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2008 e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS, no uso de sua competência legal e regimental, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 887/2003, resolve:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Fiscal, relativo ao 3º quadrimestre do exercício financeiro de 2008, na forma dos demonstrativos anexos, bem como autorizar sua publicação e disponibilização por meio da internet, consoante previsto no § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Desembargador NÍVIO GERALDO GONÇALVES

[DOU, de 29/01/2009, S. 1.](#)

Obs: Anexos vide páginas 108 e 109 do DOU.

PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2008

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas	Inscritas em Restos a Pagar não Processados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.048.076	601	1.048.677
Pessoal Ativo	842.645	208	842.853
Sentenças Judiciais Sem Precatório (do Próprio Órgão)	33.127		33.127
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)			
Demais Despesas com Pessoal Ativo	809.518	208	809.726
Pessoal Inativo e Pensionista	205.431	393	205.824
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	323.034		323.034
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			
Decorrentes de Decisão Judicial	33.127		33.127
Despesas de Exercícios Anteriores	93.625		93.625
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	196.282		196.282
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	725.042	601	725.643
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			428.563.288
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,169180%	0,000140%	0,169320%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	0,275000%		1.178.549
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF)	0,261250%		1.119.622

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DE SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2008

LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a" - Anexo V

R\$ Milhares

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
ATIVO DISPONÍVEL	33.893	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	7.210
Disponibilidade Financeira	33.893	Depósitos	3.313
Caixa		Restos a Pagar Processados	3.897
Bancos	1.573	Do Exercício	3.471
Conta Movimento	1.573	De Exercícios Anteriores	422
Contas Vinculadas		Outras Obrigações Financeiras	
Aplicações Financeiras		Débitos Diversos a Pagar	4
Outras Disponibilidades Financeiras	32.320		
Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	32.320		
Recursos a Receber P/Pagamento de Restos a Pagar			
SUBTOTAL	33.893	SUBTOTAL	7.210
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)		SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	26.683
TOTAL	33.893	TOTAL	33.893
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			26.427
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			256
DEFICIT		SUPERAVIT	256

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A DEZEMBRO/2008

RF, art. 55, inciso III, alínea "b" - Anexo VI

R\$ Milhares

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		Empenhos Cancelados e Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Inscritos		Inscritos		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	422	3.475	2.455	23.972	
TOTAL	422	3.475	2.455	23.972	

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

26.683

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		Empenhos Cancelados e Não Inscritos por Insuficiência Financeira
	Inscritos		Inscritos		
	Exercícios Anteriores	Do Exercício	Exercícios Anteriores	Do Exercício	
Recursos Ordinários	422	3.475	2.329	21.972	
Recursos de Convênios			126	2.000	
TOTAL	422	3.475	2.455	23.972	

FONTE: SIAFI e Manual de Elaboração do Relatório de Gestão Fiscal (7ª edição), aprovado pela Portaria STN nº 574, de 30.08.2007 e 41, de 22.01.2009, que divulgou a RCL.

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) Os Restos a Pagar Não Processados inscritos de exercícios anteriores foram prorrogados por força do Decreto nº 6.708, de 23.12.2008.

Des. NÍVIO GERALDO GONÇALVES
Presidente do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DF E TERRITÓRIOS

CHARLESTON REIS COUTINHO
Secretário-Geral Substituto

FÁTIMA ORBAGE DE BRITTO
Secretária de Recursos Orçamentários e Financeiros Substituta

CLÓVIS DALLE MOLLE
Secretário de Controle Interno Substituto